

# A REVOLUÇÃO PAULISTA DE 1932 COMO POSSÍVEL PRECURSORA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA POPULAR NO BRASIL

SÃO PAULO, 1932 REVOLUTION AS POSSIBLE PRECURSOR OF POPULAR POLITICAL PARTICIPATION IN BRAZIL

*Agnaldo Kupper<sup>35</sup>*

## RESUMO

No Brasil, a década de 1920 foi marcada por mobilizações e questionamentos ao regime oligárquico vindos de operários, artistas e militares. Em 1922, ex-militantes anarquistas, animados com as repercussões da Revolução Russa, fundaram o Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>36</sup>. Bandeiras vermelhas com a foice e martelo entrelaçados, símbolo da aliança entre operários e camponeses, eram carregadas nas greves e manifestações dos trabalhadores em todo o país, rivalizando com os estandartes de anarquistas, anarcossindicalistas e socialistas.

As contradições das oligarquias cafeeiras, somadas às conseqüências trazidas pela Crise de 29 e às insatisfações de vários setores sociais brasileiros, fizeram emergir a Revolução de 1930. Um novo arranjo de forças políticas começava a ser montado no país.

No entanto, a 09 de julho de 1932, empurrada pela oligarquia cafeeira paulista, teve início a chamada Revolução Constitucionalista, que duraria menos de três meses e que se tornou a maior mobilização militar ocorrida na história do Brasil, matando cerca de novecentas pessoas e com envolvimento direto de aproximadamente cento e trinta mil combatentes<sup>37</sup>. Um movimento em que o lado vitorioso pouco falou e o lado derrotado comemora até os dias atuais.

Mais do que a conjuntura estrutural militar, a participação popular e sindical no movimento pode ter inaugurado uma nova forma de presença do povo na vida política nacional, onde tudo, aparentemente, passou a parecer possível. A resposta a esses novos ares teria vindo em 1937, com a imposição autoritária do Estado Novo, ainda sob o comando getulista.

**PALAVRAS-CHAVE:** movimento tenentista; revolução de 1932; novos rumos; participação popular e sindical.

## ABSTRACT

In Brazil, the 1920s was marked by demonstrations and questions to the oligarchic regime coming from workers, artists and military. In 1922, anarchists ex-militants, excited by the impact of the Russian Revolution, founded the Communist Party of Brazil (PCB). Red flags with sickle and hammer entwined, symbol of the alliance between workers and peasants, were charged in the strikes and demonstrations of workers across the country, rivaling the standards of anarchists, anarcho-syndicalists and socialists.

The contradictions of the coffee oligarchs, together with the consequences brought about by the crisis of 29 and dissatisfactions of many Brazilian social sectors, did emerge from the Revolution of 1930. A new arrangement of political forces began to be assembled in the country.

However, the July 9, 1932, pushed by the Paulista coffee oligarchy, began to call the Constitutionalist Revolution, which would last less than three months and became the largest military mobilization occurred in the history of Brazil, killing about nine hundred and direct involvement of about hundred and thirty thousand combatants. A movement in which the winning side spoke little and celebrates the losing side to the present day.

More than structural military environment, popular and trade union participation in the movement may have opened a new form of presence of the people in national political life, where everything apparently came to seem possible. The response to these new air would come in 1937, with the imposition of authoritarian Estado Novo, still under the command Vargas.

**KEYWORDS:** tenentista movement; Revolution 1932; new directions; popular and union participation.

## TRANSFORMAÇÕES DA REALIDADE BRASILEIRA

A Primeira República chegou ao fim com a chamada Revolução de 1930, envolta a

<sup>35</sup> Professor de Ensino Superior e de pós-graduação; escritor; historiador; mestre na Área de História Social e doutorando em História na área de Política e Representações.

<sup>36</sup> Leôncio Basbaum. *História Sincera da República – 1889-1930*. SP: Edições LB, 1962, 2 Ed., p.310-5.

<sup>37</sup> M. Helena. Capelato. *O Movimento de 1932. A Causa Paulista*. SP: Brasiliense, 1981.

movimentos contestadores à sua estrutura (culturais, sindicais, partidários, reformadores, entre outros). A partir de então, pelos quinze anos seguintes, o Brasil seria dominado pela figura de Getúlio Vargas, gaúcho avesso às urnas e lembrado como o homem que nacionalizou o trabalho, que instituiu o salário mínimo, que criou a Justiça Trabalhista e a Consolidação das Leis do Trabalho (1943). Suas ações não teriam sido fortuitas.

Getúlio não é, nunca foi e nunca será uma unanimidade entre historiadores e cientistas políticos. Porém, fez uso da manifestação revolucionária de 1930 para construir seu projeto de poder. Não sem reações.

As primeiras mostras de descontentamento com Getúlio vieram de São Paulo, onde, a 25 de janeiro de 1932, uma concentração de cerca de cem mil pessoas<sup>38</sup> reivindicou a formação de uma Assembléia Nacional Constituinte e a autonomia dos Estados (afinal, até quando iria a provisoriedade de Vargas?).

Getúlio não ouviu os clamores do Estado que se sentia violado, alijado de reconhecimento, desprezado em suas intenções e já possuidor de um cenário de contestações. O 23 de Maio de 1932 foi a gota d'água, marcando a morte de quatro estudantes e ferindo gravemente um quinto, morto dias após. Era o MMDC.

Assim, a 09 de julho do mesmo 1932, empurrada pela oligarquia cafeeira paulista e outros setores sociais, teve início a chamada *Revolução Constitucionalista*, que duraria menos de três meses e que atraiu os olhares dos brasileiros.

São Paulo foi cenário de cenas violentas. Cidades inteiras foram abandonadas por seus moradores e os saques tornaram-se práticas comuns. Aviões usados para bombardeios feriram, mutilaram e mataram<sup>39</sup>.

142

Desenvolvimento de inventos bélicos, produção de armamentos, mulheres trabalhando na costura de fardas e preparo de refeições, distribuição de jornais, panfletos e manuais de instrução para voluntários. Uma mobilização sem precedentes, que exigiu o posicionamento dos diversos setores sociais paulistas: imprensa, operários, empresários, comerciários, igreja, anônimos e intelectuais e que, talvez, tenha inaugurado uma nova forma de participação política popular na história brasileira.

Mas quais teriam sido os objetivos dos paulistas? Reconquista da autonomia? A realização de eleições nacionais para a formação de uma assembléia constituinte? Separatismo? Apenas uma reação da histórica oligarquia paulista em busca da retomada de influência? Uma explosão do que se acumulara na década de 1920?

E como teriam se aproveitado do movimento de 32 as forças sindicais e partidárias que tanto “infernizaram” a Primeira República?

O fato é que existiu um choque de “Brasis”. Um choque que, ao seu final, mudou os rumos do país e, claro, de São Paulo enquanto Estado. E de sua elite, enquanto elite. Porém, uma dúvida: quais rumos tomaram os movimentos sociais e político-partidários do país nos anos posteriores à Revolução de 1932? Teriam partidos políticos, sindicatos e outros segmentos se aproveitado da grande participação popular no movimento paulista para concretizar reivindicações e rejuvenescer posicionamentos ou teriam esmorecido em suas forças?

38 Segundo estimativas oficiais do Governo Federal do Brasil (1932)

39 Cohen, Ilka Stern. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. RJ, n. 82, julho/2012, p.18-21.

## O BRASIL PRÉ-REVOLUÇÃO DE 1932

Com o término do governo de Floriano Peixoto, em 1894, chegou ao fim a chamada República da Espada, iniciada em 1889, fazendo nascer a chamada *República das Oligarquias*, que se prolongou até 1930.

Assim, por mais de três décadas, as instituições republicanas brasileiras se moldaram às coordenadas da *política do café-com-leite*, uma aliança constituída por São Paulo e Minas Gerais, os dois Estados da federação mais poderosos economicamente. Um dos mecanismos utilizados pelos grandes proprietários rurais paulistas e mineiros para garantir-lhes o controle do poder foi a *política dos governadores*, cuja essência consistia num acordo entre o governo central e as oligarquias que controlavam o poder em cada um dos Estados<sup>40</sup>.

O período de nossa história que se estende do governo de Hermes da Fonseca ao de Washington Luís (1910 a 1930) se apresentou extremamente complexo. Ao mesmo tempo em que perdurava a dominação política das oligarquias vinculadas à cafeicultura, a sociedade transformava-se, com a formação de novas camadas sociais<sup>41</sup>.

Neste intervalo, novos atores afirmaram-se na cena política nacional: empresariado fabril, segmentos médios urbanos, operariado. Influenciados por ideais anarquistas, anarcossindicalistas, socialistas e comunistas, trabalhadores fabris deflagraram greves e ocuparam ruas de São Paulo e Rio de Janeiro. Nos quartéis, a inquietação política agitava a jovem oficialidade (movimento *tenentista*), que em vários momentos recorreu às armas para impor uma nova feição política ao país<sup>42</sup>.

## AS ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA

143

Henrique Raffard<sup>43</sup>, em 1890, constatou em sua passagem pela cidade de São Paulo, ser a Paulicéia um centro estrangeiro, “falando tanto o italiano como o português”. Souza Pinto<sup>44</sup>, jornalista português que chegou a São Paulo em 1905, narra que, em primeira instância, teve dificuldades para se fazer entender pelos cocheiros de tilburis<sup>45</sup>. Poderia aqui citar outras observações semelhantes de personalidades da época, mas talvez estas bastem, já que acusam a elevada presença estrangeira na cidade.

Ao que parece, o grande atrativo para trabalhadores europeus dirigirem-se ao Brasil a partir da segunda metade do século XIX foi a expansão das lavouras do café. O café fortaleceu a indústria (estima-se que em 1900 cerca de 90% da força industrial paulista era composta por estrangeiros; em 1912, as onze fábricas têxteis da cidade de São Paulo empregavam 10.184 trabalhadores, 8.741 eram estrangeiros<sup>46</sup>).

As condições de vida dos trabalhadores fabris do Brasil eram lastimáveis, em especial a partir da aceleração industrial brasileira advinda como consequência da explosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918): casas infectas, falta de água, ausência de rede de esgoto e iluminação, baixos salários, inflação galopante, ausência de regulamentação mínima de trabalho, alta jornada diária, exploração em massa de mulheres e crianças nas

40 Agnaldo Kupper e P. A. Chenso. *História Crítica do Brasil*. São Paulo: FTD, 1998, p.201.

41 Idem, p.215.

42 Flávio de Campos. *Oficina de História*. São Paulo: Editora Moderna, 1999, p. 217-221.

43 Dez dias na Paulicéia. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 9, parte 1, 1893.

44 Souza Pinto. *Impressões do Brasil*. São Paulo: datilografado, 1905

45 Carro pequeno de duas rodas tirado por um único animal.

46 Zuleika M. F. Alvim. *Brava gente!* São Paulo: Brasiliense, 1986

fábricas, disciplina rigorosa no interior dos centros produtivos.

À medida que o processo de industrialização avançou em áreas como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, o antagonismo entre burguesia e proletariado industrial engrandeceu. Passaram a surgir associações demonstradoras da obtenção progressiva de consciência do proletariado em formação, lapidados em idéias pela experiência de imigrantes estrangeiros, com as ligas ou associações de resistência organizando os trabalhadores na luta por melhores condições. Como muitos dos estrangeiros provinham de regiões do sul do Velho Mundo, contaminados por fortes idéias anarquistas e marxistas, não é de se estranhar que tais ideologias passassem a prevalecer sobre as lutas trabalhistas.

Em 1906, o I Congresso Operário Nacional foi realizado com a presença de associações, ligas, sindicatos e uniões operárias de São Paulo, Rio, Minas, Bahia, Alagoas, Ceará e Pernambuco<sup>47</sup>. Em 1908, instalou-se a Confederação Operária (COB) no Rio de Janeiro, representando dezenas de associações de trabalhadores de todo o país. Dezenas de jornais de trabalhadores foram criadas entre 1910 e 1930.<sup>48</sup>..

Em julho de 1917, iniciou-se uma greve no setor têxtil da cidade de São Paulo, que logo teve a adesão de operários da cervejaria Antarctica. Não tardou para que medidas enérgicas fossem tomadas por parte das autoridades, ordenando, inclusive, que soldados atirassem em manifestantes com o intuito de evitar passeatas e que fossem aprisionados os principais líderes do movimento que, neste mesmo ano, já passava a influenciar trabalhadores de outras unidades da federação<sup>49</sup>.

Os anos vinte do século XX tornaram-se mais vigorosos e marcados de forma mais consistente pelas influências de correntes ideológicas (anarquismo, anarcossindicalismo e comunismo). Os sindicatos operários não tinham função unicamente corporativa, mas não há como não admitir que a maior preocupação dos trabalhadores vinculava-se à conquista de objetivos prementes e imediatos como aumento salarial, melhores condições de trabalho e redução da jornada.

O sindicalismo brasileiro, no primeiro quartel do século XX, embora mostrando instabilidades, foi precursor como instrumento da organização operária, gerando certa afiliação à burguesia industrial. Para Edgard Carone<sup>50</sup>, as funções do sindicato deveriam ser apresentadas através da “consciência de classe em defesa de seus princípios e o da vida social educativa, representando local de conferências literárias, festas, vida social e artística”, contribuindo para uma maior ligação entre operários e seus familiares, para a preservação dos valores culturais e para a arrecadação de fundos para a manutenção das associações de classe, dos jornais representativos dos operários, das escolas livres e para a luta por melhores condições de trabalho.

No combate à organização operária, os sucessivos governos – em especial a partir de Venceslau Brás (1914-1918) – adotaram práticas repressivas como a ordenação das deportações de estrangeiros<sup>51</sup>.

Mas foi impossível evitar. O pensamento libertário foi influenciador direto das paralisações operárias deflagradas em São Paulo (1917 e 1919) e no Rio de Janeiro

47 Paulo Alves. Anarquismo e Anarcossindicalismo. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2002.

48 John Dulles. Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

49 Nicolina L. Petta. Para entender o anarquismo. São Paulo: Moderna, 2004.

50 Edgard Carone. Introdução ao Estudo do Movimento Operário no Brasil – 1877-1944. Ensaios de Opinião. São Paulo, 1979.

51 Sheldon Leslie Maram. Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920. Trad. José Eduardo Ribeiro Moretzsohn. RJ: Paz e Terra, 1979.

(1918), mesmo com a oposição e a repressão sistemática do Estado à ideologia. Em São Paulo, a influência anarquista sobre os trabalhadores era maior, até porque a população da cidade se apresentava mais homogênea e com uma classe operária formada basicamente por imigrantes europeus<sup>52</sup>, em especial italianos e espanhóis.

É fato que se o anarquismo e o anarcossindicalismo influenciaram fortemente a organização operária brasileira entre o final do século XIX e 1922. É passível de afirmação também que a concretização da Revolução Russa de 1917 trouxe a força de novas orientações à luta trabalhista no mundo (no Brasil tais influências ganharão impulso principalmente entre 1919 e 1922, inclusive com muitos líderes anarquistas e anarcossindicalistas migrando para o comunismo). As ações contínuas de repressão à organização dos sindicatos de trabalhadores brasileiros, associadas às dissidências de lideranças, apontavam o cenário do movimento operário nacional no ano de 1921: desarticulação (para não dizer desorganização)<sup>53</sup>. A fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, associada à decadência do anarquismo e anarcossindicalismo enquanto forças influenciadoras da organização dos trabalhadores do país, trouxe ao movimento operário novas inspirações. E serão exatamente estes novos estímulos que nortearão a luta sindical brasileira a partir de então, ao menos até a Revolução de 1930.

#### NÃO SÓ OPERÁRIOS E SINDICATOS: O DESCONTENTAMENTO SE ALASTRA

Em 1922, no final do governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), às vésperas de novas eleições presidenciais, intelectuais, pintores, romancistas e poetas realizaram a *Semana de Arte Moderna*, marco na história da cultura brasileira. Os modernistas criticaram de forma radical nosso passado intelectual, propondo que o Brasil atentasse às transformações econômicas e sociais relacionadas com o processo industrial.

145

O *Tenentismo*, como ficou conhecido o movimento de revoltas militares do período, expressava o descontentamento de parcelas significativas da sociedade brasileira e propunha a instituição do voto secreto, uniformização do sistema tributário e da legislação, maior centralização do Estado nacional, menos favorecimento às oligarquias regionais e a moralização dos costumes políticos. Teve seu momento culminante na Coluna Prestes que, ao longo de dois anos e meio de luta (1924-1927), fustigou tropas governamentais e semeou a esperança de transformação entre os segmentos sociais inconformados com a política do café-com-leite.

O colapso econômico mundial, concretizado a partir do final de 1929, proveniente dos Estados Unidos da América, trouxe mais divergências e rupturas.

A campanha eleitoral para a eleição do sucessor de Washington Luis na presidência da República, teve como pano de fundo a crise nacional e mundial, como nos afirma Basbaum<sup>54</sup>:

“A crise brasileira que antecedeu e provocou diretamente a Revolução de 30 não foi um caso isolado no mundo, foi, ao contrário, parcialmente, um reflexo direto da grande crise mundial que avassalou o mundo nos anos de 1929 e 30 e cujos efeitos se fizeram sentir através de falências, desemprego e fome em quase todos os países.

52 Boris Fausto. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976.

53 Paulo Alves. *A Verdade da Repressão: práticas penais e outras estratégias na ordem republicana: 1890-1921*. São Paulo: Editora Arte & Ciência/UNIP, 1997.

54 Leôncio Basbaum. *História sincera da República, de 1889-1930*. SP: Edições LB, 1962, v.2, p.368-371.

(...)

Por um complexo fenômeno de inter-relações econômicas foi o café vítima de uma série de males: a) a produção arcaica e sem planificação, trazendo como inevitáveis conseqüências imediatas, oscilações de preços e ruína de muitos produtores (fazendeiros); b) a política de valorização que enriqueceu os intermediários e especuladores em detrimento dos produtores e abriu caminho para os países concorrentes; c) a crise na infra-estrutura econômica do país; d) e finalmente a própria crise mundial de 1929-30 que fechou ou restringiu durante alguns anos os mercados estrangeiros.”

A resolução de todo este contexto de crise fez com que os setores dominantes optassem pela força das armas. A Revolução de 1930, vitoriosa, inaugurou uma nova etapa na história republicana do Brasil, desmontando todo um sistema edificado em torno do café e destronando do poder seus agentes cafeicultores. Não assumiu o poder Júlio Prestes, o vitorioso das urnas, mas sim o derrotado Getúlio Dorneles Vargas, que passou a controlar o país por anos, ao ponto de Silva e Carneiro afirmarem<sup>55</sup>:

“O movimento de outubro de 1930 marcou a transformação das estruturas político- sociais do Brasil. Com a deposição, pela primeira vez, de um presidente da República, encerrou-se todo um largo período de nossa história.

(...)

O processo universal de renovação da sociedade, a crise do mundo moderno, instalada no Brasil em 1922, eclodiu na crise de 1930. No desmoronamento do sistema das forças vão aparecer, doravante, por vezes conduzidas mas perigosamente poderosas: o militarismo e o proletariado.”

146

Com a Revolução de 1930, o Estado de São Paulo passou a ser visto por muitos como o grande responsável pela crise pelo qual atravessava o país. A troca no comando político do País favoreceu os empreendedores ligados às nascentes classes médias e aos interesses das burguesias regionais, que se sentiam excluídas pela dominação cafeeira até então existente no país. Ou seja, a lógica urbano-industrial passaria a substituir a ordem agrícola, que é exatamente onde se escondem algumas das razões que fizeram eclodir, cerca de dois anos após a Revolução de 1930, a Guerra Paulista de 1932. Nas palavras de Boris Fausto<sup>56</sup>, em *A Revolução de 30*, o fim da hegemonia oligárquica forneceu ao Brasil um “atestado de ingresso na maioria política”.

Os objetivos da Revolução de 1930 eram claros: a modernização das instituições governamentais, que deveriam responder, de forma eficiente, às novas necessidades geradas pela diversificação econômica do país e a redefinição das estruturas republicanas vigentes desde 1889. Foi neste contexto de reformulação política e econômica que se inseriu a figura de Getúlio Dorneles Vargas. No que tange às questões trabalhistas no país, três semanas após assumir o comando da nação brasileira, Vargas iniciou sua política de aproximação com trabalhadores, criando o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (26/11/1930). No mês seguinte, decretou a Lei dos Dois Terços ou Lei da Nacionalização do Trabalho, segundo a qual as empresas deveriam ter em seu quadro de funcionários pelo

55 Hélio Silva & M.C. Ribas Carneiro. *A Revolução Paulista*. São Paulo: Editora Três, 1998, p. 31.

56 Boris Fausto. *Pequenos ensaios de história da República (1889-1945)*. Cadernos Cebrap, SP, n.10.

menos dois terços de brasileiros natos. Em 1931, foi decretada a Lei de Sindicalização, ou seja, os estatutos dos sindicatos deveriam ser aprovados pelo Ministério do Trabalho, uma medida evidente para controlar o movimento sindical.

Apesar de buscar controlar o movimento sindical, Vargas atendia a antigas reivindicações dos operários para apaziguar os conflitos: regulamentação do trabalho de menores e das mulheres, jornada de oito horas, descanso semanal remunerado e férias anuais de quinze dias. O desenvolvimento da política trabalhista, no entanto, caracterizou uma cidadania regulada, forjada na intenção de controlar e tutelar a classe trabalhadora<sup>57</sup>.

## A REVOLUÇÃO DE 1932

O governo provisório de Getúlio Vargas, instalado em consequência da crise de 1929 e da consequente Revolução brasileira do ano seguinte, acenou com a eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte que estabeleceria a legalização do processo político no país. Não o fez e parecia pouco preocupado em fazê-lo.

Para o Estado de São Paulo, em nome da Revolução de 1930, Getúlio Vargas nomeou o pernambucano João Alberto Lins como intermediador das relações São Paulo-governo federal, ou seja, como interventor.

Visto por líderes da sociedade e da política paulista como um simpatizante dos comunistas por colaborar com as causas operárias, Lins teve seu nome rejeitado por diversos setores sociais do Estado.

Em meados de 1931, João Alberto foi substituído por Laudo de Camargo. O mandato deste durou pouco. Foi preterido por Manuel Rabelo no início de 1932

Era fevereiro do mesmo 1932, Getúlio Vargas impôs ao país a Lei Eleitoral, que tinha como objetivo constituir eleições para uma Assembléia Nacional Constituinte, ou seja, regularizar o país com uma nova Constituição. A atitude, no entanto, não conteve os paulistas. Fazendo uso de seu tino político, o presidente provisório nomeou como interventor de São Paulo o velho Pedro de Toledo, paulista, apelidado de “Múmia”<sup>58</sup>. A ação visava conter os descontentamentos da elite do Estado. Porém, as medidas teriam vindo tarde demais.

O ano de 1932 reservava uma nova outra novidade: os até então inimigos Partido Democrático e Partido Republicano Paulista uniram-se, formando a Frente Única Paulista com o objetivo de pressionar pela volta da legalidade ao país, ou seja, pela reconstitucionalização do Brasil<sup>59</sup>. Principiava, assim, a luta paulista contra o governo central. Não tardou a incorporação à Frente Única do empresariado industrial, o que se justificava pela desalentada situação da economia e da sociedade de São Paulo, ainda chafurdada na lama devido à crise cafeeira, à falta de crédito, ao êxodo rural intenso e às greves operárias originadas a partir das reduções salariais (mesmo com o pavoroso desemprego) e da não observância às leis trabalhistas acenadas pelo presidente Getúlio Vargas.

Apesar do descontentamento de outros Estados, era em São Paulo que o movimento insurreto ganhava forma.

57 Wanderley Guilherme dos Santos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. RJ: Campus, 1985, 2 ed., p.68-9.

58 O apelido faz referência à idade de Pedro de Toledo, 72 anos à época, bem além da expectativa de vida do brasileiro (menor de cinquenta anos pelos dados censitários de 1930).

59 Marco C. Santos; André Mota. *São Paulo 1932: Memórias, Mito e Identidade*. São Paulo: Alameda, 2010.

Apesar das concessões de Getúlio Vargas aos trabalhadores através de suas leis trabalhistas, o movimento operário mantinha-se ativo. No dia 02 de maio de 1932, operários das fábricas de calçados e os ferroviários da São Paulo Railway, declararam-se em greve, reivindicando abolição do trabalho para menores de quatorze anos e dia real de oito horas de atividades<sup>60</sup>. No dia seguinte, vidraceiros da capital aderiam à greve paulista, seguidos por operários da São Paulo Railway em Santos e no Alto da Serra. Avizinhava-se uma greve geral com a adesão de sapateiros, metalúrgicos, hoteleiros, gráficos, condutores de veículos e outros<sup>61</sup>, sob comando do Partido Comunista (PCB).

O movimento grevista articulado não apenas coincidia com o período em que São Paulo, sofrendo com as ações de Getúlio Vargas, se armava para luta.

Getúlio Vargas sentia perder o controle sobre o Estado de São Paulo, ao ponto de passar a pressionar o interventor Pedro de Toledo para que o mesmo fizesse uma reforma em seu secretariado. A notícia espalhou-se pela cidade, com panfletos sendo distribuídos por bairros periféricos e centrais. Uma enorme massa humana saiu às ruas para protestar, empunhando bandeiras de São Paulo e do Brasil, com gritos e hurras cívicas<sup>62</sup>. Basbaum, em nome do PCB, recebera a tarefa de insuflar ânimo aos operários e os grevistas<sup>63</sup>, porém, antes que o fizesse, as forças policiais intervieram na ação, prendendo-o, juntamente com outros companheiros. Era 22 de maio de 1932.

O dia 23 de Maio amanhecera mais tenso do que se podia imaginar, com manifestações por ruas, becos e bocas. As sedes dos jornais *A Razão* e *Correio da Tarde* foram cercadas<sup>64</sup>. A Praça da República tornou-se palco de atritos e protestos, com dezenas de pessoas sendo hospitalizadas e quatro delas sendo mortas, vítimas de embates com tropas federais: Mário Martins de Almeida, Euclides Miragaia, Dráusio Marcondes de Sousa e Américo de Camargo Andrade. Estes estudantes cederiam as iniciais de um de seus nomes para a formação da sigla MMDC (alguns historiadores utilizam a sigla MMDCA em homenagem a Orlando Oliveira Alvarenga, ferido com seus colegas, mas que veio a falecer em agosto de 1932, em razão dos ferimentos), organização formada por civis que teria como principal função arregimentar os paulistas para o combate definitivo ao governo Vargas.

Declarada a guerra de São Paulo contra o governo varguista, necessária e fundamental a união de todos os paulistas, independentemente do apoio de outras unidades da federação. Para tanto, duas seriam as ações: iniciar imediatamente a luta e conclamar a definitiva adesão da população ao embate, conforme citou o Estadão<sup>65</sup>:

“ O movimento revolucionário de caráter constitucionalista que ontem irrompeu em São Paulo, é consequência de uma série de fatos anteriores, que começa a ser possível reconstituir através do depoimento dos seus supremos responsáveis e das próprias circunstâncias.

As negociações de índole política que ultimamente se desenvolveram, caracterizaram com nitidez o profundo dissídio que se estabelecera entre a ditadura, a propender para as correntes extremistas e as mais ponderáveis

60 O Estado de S. Paulo, 3, 4, 5 e 7 maio, 1932.

61 Leôncio Basbaum. *História Sincera da República*. SP: Alfa-Ômega, 1985.

62 Marco Antonio Villa. *1932: Imagens de uma Revolução*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

63 Leôncio Basbaum. *Uma vida em seis tempos*. Pág. 123.

64 Idem.

65 Jornal O Estado de S. Paulo, 10 de Julho de 1932.

forças políticas do país, representadas pelas frentes únicas, a reclamar a mais breve reconstitucionalização.”

Na perseguição às práticas, campanhas para levantamento de fundos foram lançadas.



O Batalhão 14 de Julho. Foto: Acervo/Estadão

Batalhão formado por universitários (14 de julho, em referência ao dia em que partiu de São Paulo para Itararé, na fronteira com o Paraná). O batalhão universitário era um entre as dezenas que se formaram quando as forças paulistas lideradas pelo general Isidoro Lopes tomaram o Estado .

A campanha mais espetacular foi a do “Ouro para o Bem de São Paulo”, lançada pela Associação Comercial de São Paulo e oficializada pelo governo estadual pelo decreto de número 5657. Milhares de alianças, objetos de ouro e prata e cifras valiosas foram arrecadadas para a fabricação de armas e munições (cerca de seis mil contos de réis). A arregimentação em torno de campanhas foi espetacular, conforme nos contabiliza Hernani Donato<sup>66</sup>:

“Entregues também jóias, peças de prata, moedas. Destas, 712 de ouro em bom estado; 12291 de prata em ótimo estado; e 749687 encaminhadas à fundição; 125977 moedas de cobre, nacionais. Em moeda estrangeira, arrecadadas 2260 de ouro, 2646 de prata e 3926 de cobre. Milhares de medalhas e taças esportivas, de vasos preciosos na tradição familiar, de baixelas, binóculos, telas, recebidos no entusiasmo da Campanha, posteriormente retornaram aos doadores, cujos nomes ocupam 540 páginas do Relatório das Comissões da Campanha do Ouro publicado em 1940. À cada doação correspondeu um recibo artisticamente criado pelo artista Wash Rodrigues, sendo o nome do ofertante desenhado pelo calígrafo De Franco.

As doações somaram 9000 contos de réis. A brevidade do conflito e a parcimônia na administração dos recursos fizeram que o governo da revolução gastasse apenas cerca de 4000 contos. Quando a derrota militar quase colocava o adversário dentro do escritório da Comissão, o Governo e o Comando, receosos de uma tomada manu militari ou de um confisco regular, apressou a doação do saldo – 282 quilos de ouro e 547 quilos de prata para a Santa Casa de Misericórdia. Uma parte menor, fundida, resultou em 16 barras comemorativas

66 Hernani Donato. *História da Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo: Ibrasa, 2002, pág. 199.

de ouro e 104 de prata, que viriam a ser peças de valor numismático.

Com a doação, a Santa Casa de Misericórdia levantou, no Largo da Misericórdia, número 23, centro da cidade, um prédio de 13 andares, que tantas são as listras da bandeira paulista reproduzida na fachada. No vestibulo, uma placa testemunha que “Este prédio foi construído com o ouro angariado para o Bem de São Paulo em 1932”.

A campanha “Cigarro para a Trincheira”, lançada pela Rádio Record, recebeu, em apenas uma semana, cerca de dez milhões de pitos. Já a “Campanha do Ovo”, da Revista Chácaras e Quintais, arrecadou, em duas semanas após seu lançamento, seis milhões de unidades. A “Campanha do Capacete de Aço” obteve contribuições para a fabricação de aproximadamente mil destes objetos de proteção. A Sociedade Filatélica Paulista lançou concurso para a apresentação do selo da Revolução, com os seguintes dizeres: “Brasil Correio Pró-Constituição”<sup>67</sup>. Gráficas e editoras de vários municípios disponibilizaram-se para a confecção de panfletos de estímulo e incitação de adesão ao movimento paulista.

Da parte do governo federal, a preocupação era a de esvaziar de arsenais o Estado rebelde e isolá-lo, chegando a bloquear o porto de Santos e regiões fronteiriças para que não houvesse a entrada de matérias-primas e suprimentos destinados aos constitucionalistas<sup>68</sup>.

Ao anúncio de que a guerra fora iniciada, cerca de sete mil mulheres passaram a envolver-se junto à Comissão de Confecção de Agasalhos, chegando a produzir quase quatrocentas mil fardas em aproximadamente setecentas máquinas de costura<sup>69</sup>. Para tanto, proprietários de indústrias e de materiais se cotizaram junto aos donos de unidades produtoras diversas que podiam fornecer apenas mão-de-obra.

150

Organizações civis como o “Serviço de Abastecimento das Tropas em Operação” ficariam encarregados de prestar assistência (como alimentação e fornecimento de uniformes) aos soldados em batalha, além de alistar voluntários.

Sob a orientação da Cruz Vermelha, moças passaram a receber cursos rápidos de primeiros-socorros e de enfermagem, já que atuariam no front. Pequenas oficinas – todas elas improvisadas – deveriam reparar armas danificadas.

Foi de cerca de cinqüenta e cinco mil o número de voluntários que pegou em armas, muitos sem qualquer habilidade no manejo das mesmas<sup>70</sup>.

O Estado de São Paulo, em 1932, contava com quase seis milhões de habitantes (um milhão na capital)<sup>71</sup>. Direta ou indiretamente, a quase totalidade participou da luta contra o governo central brasileiro. Diretamente, cerca de cinqüenta mil paulistas voluntários pegaram em armas, muitos sem a mínima intimidade com as mesmas. Entre eles, muitos negros e mulatos, alistados na Legião Negra, e indígenas (o Batalhão Índio, formado, em especial, por índios caingangues da região nordeste do Estado de São Paulo). Mas não foram apenas os homens. Talvez o que mais tenha comovido foi a participação de mulheres (cerca de cento e cinqüenta mil delas), divididas em comissões: a de Auxílio às Famílias dos Voluntários, a de Vigilância Sanitária, a de Alimentação Pública, a de

67 Idem.

68 Idem, *Ibidem*, p. 201.

69 Maria Helena Capelato. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

70 Marcelo Santos de Abreu. *Os mártires da causa paulista: culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

71 Números estimados pelo governo federal brasileiro, a partir do censo de 1930.

Enfermagem, a de Verificação de Combustíveis, a de Confeção de Agasalhos, entre tantas outras.

Mas não apenas os adultos envolveram-se no combate: para recados e entregas, registro de trezentos e noventa e oito meninos. Em cada canto do Estado, uma Casa do Soldado foi aberta para alimentar, agasalhar e fazer pequenos curativos nos combatentes feridos<sup>72</sup>.



Registro do Jornal O Estado de São Paulo, julho de 1932: - Até alunos de universidades, como a Politécnica, se engajaram espontaneamente na revolução.

Mesmo com todas as dificuldades, as operações revolucionárias fracassaram quando traduzidas em ações de guerra a partir de 10 de julho de 1932.

Três meses de batalhas. Pelo lado São Paulo, voluntários sem treinamento que não tinham habilidade para o disparo de um canhão, para o reabastecimento de um fuzil ou para o manuseio de uma granada de mão. Para suprir tanta deficiência, os paulistas fizeram uso intenso da criatividade, como o uso do trem blindado (quando um canhão, colocado à frente de um vagão e assessorado por holofotes que iluminavam as trincheiras federais, assustava os soldados legalistas, fazendo-os correr e abandonar os postos de combate) e da matraca, pequena engenhoca que imitava o som de metralhadora, causando pânico entre os membros do exército oficial brasileiro.

151

Após oitenta e sete dias e sessenta e quatro batalhas, em que claramente prevaleceram as forças legalistas, São Paulo capitulou.

Não se sabe o número exato de mortos e feridos. Oficialmente, por São Paulo, foram mortos trezentos e cinquenta e três voluntários e duzentos e quarenta e nove membros das forças regulares. O registro de Vavy Pacheco nos dá uma pequena dimensão do processo revolucionário paulista<sup>73</sup>:

“Os primeiros comícios realmente com presença popular em praça pública foram os da Aliança Liberal. Aí o povo foi para a rua, para a eleição de 1930, e depois não saiu mais até hoje. Eram tempos em que tudo parecia realmente possível. O debate político criava essa sensação de que tudo era possível. Esquerda? Direita? Comunismo? Socialismo? Presidencialismo? A resposta viria em 1937 com o Estado Novo. Foi o viés autoritário de Getúlio e das elites próximas a ele, de boa parte da sociedade brasileira. Esses movimentos revolucionários são muito fortes. É quando o país se repensa. Os intelectuais, os políticos, os literatos, os interessados *em pensar o país estudos o seu passado e prevêem um pouco o seu futuro a partir do presente.*”

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A

72 Hernani Donato, *ibidem*, p. 200.

73 Vavy Pacheco Borges. *Os sentidos do Tenentismo – memória, história e historiografia*. SP: Brasiliense, 1992.

Terminava a guerra que uniu barões do café, industriais, operários, desconhecidos e humildes, em uma comunhão jamais vista. A quase totalidade dos sete milhões de habitantes do Estado teria tomado parte no evento. Entre quarenta e oito e cinqüenta e cinco mil homens teriam se oferecido ao voluntariado de armas, sendo que menos de 10% deles teriam certa intimidade com armas<sup>74</sup>.

Estima-se que, dos trinta mil homens do exército constitucionalista, entre dez e doze mil eram voluntários<sup>75</sup>. O restante das tropas teria sido composto por soldados da Força Pública dos destacamentos do Exército localizados no Estado de São Paulo. Toda sorte de estímulos foi lançada<sup>76</sup>.

“Durante o movimento revolucionário que se desencadeou em São Paulo em 1932, a propaganda desempenhou um papel fundamental. Seus efeitos se fizeram sentir bem antes da eclosão da luta armada (quando dos incidentes que configuraram o ‘caso paulista’) e se prolongaram por muito tempo depois de cessadas as hostilidades. A palavra de São Paulo foi colocada nos muros, foi ouvida em praça pública, foi transmitida pela imprensa e pelo rádio.

(...)

Jornais, folhas volantes, cartazes, cartões postais, partituras e folhetos expressam, de diferentes maneiras, o confronto entre constitucionais e ditatoriais, entre contra-revolucionários e revolucionários,

Através deles manifestam-se entidades, associações de classe, partidos. Têm também destinatários declarados, como os militares, os comerciantes, as mulheres, os proletários, os cariocas.”

152



R  
E  
V  
I  
S  
T  
A

Em viagem à então União Soviética (URSS), Luís Carlos Prestes, em nome dos comunistas, fez uma breve análise da Revolução Paulista, afirmando que “a revolução constitucionalista não passara de uma luta entre os agentes do imperialismo inglês e os imperialismo norte-americano”<sup>77</sup>, ou seja, teria assegurado os interesses britânicos em

74 Stanley Hilton. *A Guerra Civil Brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

75 Stanley Hilton, idem.

76 Rubens do Amaral. *As culpas da imprensa*. Correio de S. Paulo. SP: 10 de Outubro de 1932.

77 Abguar Bastos. *Prestes e a Revolução Social*. Pág. 279.

São Paulo. Afirmou, ainda, que a revolução de 32, custara “a vida de dezenas de milhares de trabalhadores, ao acautelar o proletariado para as novas guerras que os senhores de terra e a burguesia preparavam”<sup>78</sup>, considerando seu dever desmascarar os socialistas que conduziram as massas para a guerra por simples ilusões constitucionais.

Em 1933, o presidente devolveu a São Paulo o direito de governar-se. E o mais importante: retomou o projeto de reconstitucionalização do país, confirmando 03 de Maio para as eleições à Assembléia Nacional Constituinte, não sem a mobilização de partidos políticos, interessados na participação de tais eleições, inclusive do PCB, que teve seu registro indeferido pelo Tribunal Eleitoral, justificando sua decisão com o fato de se tratar de um partido internacionalista. O PCB recorreu à legenda já registrada da União Operária e Camponesa para participar do pleito<sup>79</sup>. Membros do grupo tenentista fundaram partidos socialistas em diversos Estados da União para, em seguida, a 15 de Novembro, estruturar o Partido Socialista Brasileiro, de base nacional. O jornal operário *A Plebe*, um dos maiores porta-vozes da causa operária no primeiro quartel do século XX e que havia sido fechado por determinação do governo federal, voltou a circular logo após a instalação da Assembléia Constituinte. José Oiticica conclamava o Partido Socialista a não aceitar participar dos trabalhos constituintes, assim como os demais partidos operários<sup>80</sup>. Não foi levado em consideração.

## O DESFECHO DA REVOLUÇÃO DE 32

Mesmo findado, o movimento revolucionário de 1932 ainda suscita o imaginário. Na capital paulista, os monumentos e os nomes de vias públicas demonstram bem isso: Obelisco Mausoléu aos Heróis de 32, de Galileo Emendabili, avenida 23 de maio, avenida nove de julho, entre outros. A resistência ao uso do nome de Getúlio Vargas em seus espaços públicos, faz de São Paulo uma exceção.

Vargas venceu, mas cedeu a Constituição de 1934 e fez outras concessões aos paulistas. Visou, provavelmente, diminuir a oposição às suas diretrizes

De 1932 para cá, muita tinta foi utilizada para descrever o movimento de 1932. Em um primeiro momento, uma onda de textos (principalmente de origem paulista) exaltando os ideais democráticos do levante. A seguir, uma série de escritos, de origem marxista, passou a ressaltar a idéia de que tudo não passou de uma briga entre grupos pertencentes à classe dominante. Porém, novos estudiosos e pesquisadores tentam entender o caráter multifacetado do evento, identificando uma participação inédita na história nacional (talvez a grande herança deixada pelo movimento) em um país marcado por uma tradição conservadora, elitista e antidemocrática. Fato é que, desde o movimento de 1932, nunca mais o Brasil guerreou internamente de forma declarada.

## CONCLUSÕES

Na união paulista e seus vários setores sociais (imprensa, operariado, dirigentes econômicos e partidos políticos), teriam os movimentos populares e sindicais aproveitado a Revolução de 1932 para reivindicarem posicionamentos de classe? Quais as mudanças do pós-processo revolucionário de 32 para os movimentos sindicais e partidários? A

78 Idem, p. 273.

79 John Dulles. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Pág. 406.

80 José Oiticica. “Carta Aberta aos fundadores do Partido Socialista, in *A Plebe*, n.5, 24/12/1932.

participação popular no Brasil teria sido realmente inaugurada a partir da Revolução em questão? Como os movimentos sindicais operários reagiram a partir da Revolução de 32? Teriam ganhado novo fôlego para seus propósitos ou teriam esmorecido?

Perguntas difíceis de serem respondidas.

Algo é certo: o período governamental constitucional de Getúlio Vargas, iniciado em 1934, foi marcado pela instabilidade política. Contribuiu decisivamente para isso o acirramento dos conflitos político-ideológicos dominantes no cenário europeu, que repercutiram também no Brasil, confrontando a direita com a esquerda e desencadeando uma profunda descrença nos valores da democracia liberal.

A crise do sistema liberal-democrático brasileiro, a partir de 1934, se expressou com a polarização política entre duas forças político-ideológicas: a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). A AIB, fundada por Plínio Salgado, em 1932, inspirava-se nas doutrinas de Hitler e Mussolini, recrutando seus adeptos particularmente entre as camadas médias urbanas. Contava também com expressivo apoio nas Forças Armadas e na Igreja Católica. Orientando-se pelo lema “Deus, Pátria e Família”, os integralistas pregavam a implantação de um governo autoritário, de partido e chefe únicos. Seus seguidores, conhecidos como *camisas-verdes* (versão brasileira dos *camisas-negras* de Mussolini), realizavam grandes desfiles nas cidades e recorriam frequentemente à violência contra seus adversários, particularmente os comunistas.

A Aliança Nacional Libertadora, fundada em março de 1935, sob a liderança do ex-tenente Luís Carlos Prestes, que aderira ao marxismo, seguia o modelo das Frentes Populares européias. De acordo com esse modelo, defendia a unidade de trabalhadores, socialistas, comunistas e tenentes revolucionários contra as forças fascistas no Brasil. Em seu programa político, a ANL reivindicava a instalação de um governo popular revolucionário, nacionalização das empresas estrangeiras, o não pagamento da dívida externa brasileira, amplas liberdades democráticas para os trabalhadores e a reforma agrária<sup>81</sup>.

Mesmo a aprovação, em 1935, da Lei de Segurança Nacional (LSN), que definia os crimes contra a ordem social (greves de funcionários públicos, propaganda subversiva e incentivo às rivalidades e conflitos entre grupos sociais), parece-me uma reação de Vargas ao acirramento dos posicionamentos pós-32, uma vez que as concessões do líder máximo da nação parecem não ter tido suficiência.

Porém, as ações de Getúlio Vargas não impediram que dirigentes do PCB, em novembro do mesmo 1935, colocassem em prática um plano de insurreição armada: a *Intentona Comunista*, quando manifestações ocorridas em Natal, Recife e Rio de Janeiro fizeram o governo federal agir com rigor e decretar estado de sítio, suspendendo garantias individuais, facilitando prisões de revoltosos e intervindo em Estados da União.

Mas as reações não pararam por aí. Em 1937, o então presidente consagrava a instalação do Estado Novo (1937-1945), período ditatorial talvez também justificado pelos movimentos políticos e sociais que norteavam o país a partir do término da revolução paulista. A criação do salário mínimo e da obrigatoriedade do imposto sindical (1940), a elaboração de um código de direito trabalhista denominado Consolidação das Leis do Trabalho (1943) e a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável por controlar os meios de comunicação e promover a propaganda do regime (tais como censura a todas as manifestações artísticas e jornalísticas) são elementos que

81 Agnaldo Kupper & Paulo A. Chenso. História Crítica do Brasil. São Paulo: FTD, 1998.

podem atestar a tentativa de controle sobre os movimentos sociais e partidários por parte de Getúlio. Afinal, o Brasil transformou-se e precisava de estabilidade para a continuidade do processo idealizado pelas elites.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ABREU, Marcelo Santos de. Os mártires da causa paulista: culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957). UFRJ, 2010.

ALVES, Paulo. Anarquismo e Anarcossindicalismo. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2002.

\_\_\_\_\_. A verdade da Repressão: práticas penais e outras estratégias na ordem republicana: 1890-1921. SP: Editora Arte & Ciência/UNIP, 1997.

AMARAL, Rubens do. As culpas da imprensa. SP: Correio de S. Paulo, 1932.

ALVIM, Zuleika M. F. Brava gente! São Paulo: Brasiliense, 1986.

BASBAUM, Leôncio. História sincera da República. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

BELLO, J. M. História da República (1889-1943). São Paulo: Nacional, 1964.

BORGES, Vavy P. Tenens]tismo e revolução. São Paulo: Brasiliense, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória paulista. São Paulo: Edusp, 1997.

CAPELATO, Maria Helena. O movimento de 1932. A causa paulista. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CAMPOS, Flávio de. Oficina de História. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

CARONE, E. A República Velha (1889-1930): texto e contexto. São Paulo: Difel, 1971.

\_\_\_\_\_. A Segunda República. São Paulo, Difel, 1973.

\_\_\_\_\_. Introdução ao estudo do Movimento Operário no Brasil – 1877-1944. Ensaio de Opinião. São Paulo, 1979.

CARRERO, V. P & BRANCO, G. C (orgs.). Foucault. RJ: Ed. Nau, 2000.

COHEN, Ilka Stern. Bombas sobre São Paulo: a Revolução de 1924. São Paulo: Unesp, 2007.

DEAN, W. A industrialização de São Paulo. São Paulo: Difel, 1971.

DONATO, H. História da Revolução Constitucionalista de 1932. São Paulo: IBRASA, 2002.

DULLES, John. Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935). RJ: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920). SP: Difel, 1976.

\_\_\_\_\_. Pequenos ensaios da história da República (1889-1945). SP: Cebrap.

HILTON, S. Oswaldo Aranha, uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

\_\_\_\_\_. A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

IANNI, O. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

KUPPER A. & CHENSO, P.A. História Crítica do Brasil. São Paulo: FTD, 1998.

MARAM, Sheldon L. Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário brasileiro, 1890-1920. Trad. José E. R. Moretzsohn. RJ: Paz e Terra, 1979.

PAULA, Jeziel de. 1932: Imagens Construindo a História. Campinas: Unicamp/Unimep, 1999, 2 edição.

PEREIRA, Marcos A. Revolução Constitucionalista. SP: Editora do Brasil, 1989.

- PETTA, Nicolina. Para entender o anarquismo. SP: Moderna, 2004.
- PINTO, Souza. Impressões do Brasil. São Paulo: datilografado, 1905.
- POMAR, W. Era Vargas: a modernização conservadora. São Paulo: Ática, 1998.
- RAGO, Margareth e GIMENES, Renato A. Oliveira (orgs.). Narrar o passado, repensar a história. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.
- SANTOS, Wanderley G. dos. Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira. RJ: Campus, 1985, 2 edição.
- SANTOS, M. & MOTA, A. São Paulo 1932: Memória, mito e identidade. SP: Alameda, 2010.
- SILVA, H. & CARNEIRO, M.C.R. A Revolução Paulista 1931/1933. São Paulo: Editora Três, 1998.
- VILLA, Marco Antônio. 1932: imagens de uma Revolução. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- WERNECK SODRÉ, N. Do Tenentismo ao Estado Novo. Petrópolis, Vozes, 1986.

Sites de maior destaque:

[www.tudoporsaopaulo.com.br](http://www.tudoporsaopaulo.com.br)

[www.sociedademmdc.com.br](http://www.sociedademmdc.com.br)

[www.dominiopublico.gov.br/pesquisa](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa)

<http://cpdoc.fgv.br/produção/dossies>

[www.memorial32.org.br](http://www.memorial32.org.br)